

SUMÁRIO

Prefácio	xxv
Nota da Organizadora.....	xxvii
Índice Cronológico.....	xxix
Ordem Cronológica das Normas	xxxii
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	915
AGÊNCIAS REGULADORAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
<i>Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962</i>	93
Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações	
<i>Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990</i>	210
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	
<i>Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994</i>	320
Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios)	
<i>Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996</i>	342
Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização e sobre o órgão regulador	
<i>Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996</i>	343
Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica	
<i>Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997</i>	357
Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional	
<i>Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997</i>	360
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995	
<i>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</i>	380
Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo	

Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997	442
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança	
Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997	451
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações	
Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998	469
Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança	
Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999	519
Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária	
Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999	534
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária	
Decreto nº 3.327, de 5 de Janeiro de 2000	550
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências.	
Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000	559
Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000	582
Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	
Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000	597
Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras	
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	618
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	
Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004	706
Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências	
Lei nº 10.881, de 09 de junho de 2004	716
Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.	
Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005	748
Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.	
Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007	773
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de	

1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.	
<i>Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010</i>	865
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências.	
<i>Decreto nº 7.217, de 21 de Junho de 2010</i>	867
Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências	
<i>Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010</i>	905
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.	
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
<i>Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952</i>	92
Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito	
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
<i>Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005</i>	737
Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.	
<i>Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007</i>	783
Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.	
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	
<i>Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999</i>	544
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal	
<i>Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999</i>	549
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal	
DEFESA DE DIREITOS	
<i>Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965</i>	134
Regula a ação popular	
<i>Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985</i>	185
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	
<i>Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990</i>	197
Dispõe sobre a proteção do consumidor	

Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992	251
Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público	
Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996.....	342
Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania	
Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.....	462
Regula o direito de acesso à informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>	
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001	646
Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	
Decreto nº 4.250, de 27 de maio de 2002	665
Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.	
Decreto nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004	722
Regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e dá outras providências.	
Lei nº 11.111, de 5 de dezembro de 2005	741
Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.	
Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009	858
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.	
DESAPROPRIAÇÃO	
Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941	57
Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública	
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962	96
Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação	
Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970	157
Regula a imissão de posse, <i>initio litis</i> , em imóveis residenciais urbanos	
Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.....	246
Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas	
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.....	254
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal	
Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.....	297
Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária	

DESESTATIZAÇÃO

<i>Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997</i>	393
Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12/4/1990	

DOMÍNIO PÚBLICO

<i>Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850</i>	35
Dispõe sobre as terras devolutas do Império	
<i>Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934</i>	38
Decreta o Código de Águas	
<i>Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946</i>	67
Dispõe sobre os bens imóveis da União	
<i>Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964</i>	110
Dispõe sobre o Estatuto da Terra	
<i>Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – art. 32, §§ 1º e 2º</i>	147
Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios	
<i>Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967</i>	115
Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e da outras providências.	
<i>Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973</i>	157
Regula o Procedimento para o Registro de Propriedade de Bens Imóveis Discriminados Administrativamente ou Possuídos pela União	
<i>Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976</i>	158
Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União	
<i>Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977</i>	164
Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.	
<i>Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978</i>	164
Dispõe sobre o regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica	
<i>Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – arts. 43 a 46</i>	189
Código Brasileiro de Aeronáutica	
<i>Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987</i>	191
Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União	
<i>Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988</i>	192
Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	
<i>Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993</i>	252
Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros	

<i>Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998</i>	489
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-leis nºs 9.760, de 5/9/1946, e 2.398, de 21/12/1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	
<i>Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001</i>	608
Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15/5/1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União	
<i>Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001</i>	648
Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU	
<i>Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – arts. 98 a 103; 1.420 e art. 1.228, §§ 3º, 4º e 5º</i> .	663
Institui o Código Civil	
<i>Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007</i>	798
Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.	
<i>Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009</i>	837
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	

ELABORAÇÃO DE LEIS

<i>Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998</i>	486
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.	

EXECUÇÃO FISCAL

<i>Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980</i>	174
Dispõem sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.	

GREVE

<i>Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989</i>	194
Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.	
<i>Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995</i>	334
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição.	

Idoso

<i>Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003</i>	695
Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	

IGUALDADE RACIAL

<i>Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010</i>	882
Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985 e 10.778, de 24 de novembro de 2003.	

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

<i>Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009</i>	863
Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.	

LICITAÇÕES E CONTRATOS

<i>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</i>	268
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública	
<i>Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994</i>	305
Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta	
<i>Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995</i>	325
Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal	
<i>Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995</i>	335
Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos	
<i>Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998</i>	505
Aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS previsto no art. 67 da Lei nº 9.471, de 6/8/1997	
<i>Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000</i>	599
Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns	
<i>Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001</i>	604
Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	
<i>Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001</i>	650
Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21/6/1993	
<i>Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002</i>	667
Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns	

Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005	742
Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	
MEIO AMBIENTE	
Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965	137
Institui o novo Código Florestal.	
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	179
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação	
Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986.....	187
Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549	
Resolução CONAMA nº 9, de 3 de dezembro de 1987.....	190
Publicada no DOU, de 5 de julho de 1990, Seção 1, página 12945	
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	350
Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.....	464
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.....	478
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente	
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	588
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências	
Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002	669
Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.	
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005	729
Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006	754
Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de	

1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	
Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007	791
Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008	809
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	
Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009	834
Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.	
Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009	861
Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, e dá outras providências.	
Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010	889
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.	
Lei nº 12.334, de 20 de Setembro de 2010.....	901
Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.	
ORÇAMENTO PÚBLICO	
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964	100
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	
ORDEM ECONÔMICA	
Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962	96
Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo	
Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994	308
Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica	
Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995	333
Dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), criada pela Lei nº 8.884, de 11/6/1994	
Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999	518
Institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	

<i>Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001</i>	658
Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE)	
ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
<i>Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967</i>	148
Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa	
<i>Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (artigos 235 a 242)</i>	161
Dispõe sobre as sociedades por ações	
<i>Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997</i>	358
Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10/2/1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judicial; revoga a Lei nº 8.197, de 27/6/1991, e a Lei nº 9.801, de 19/6/1995	
<i>Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998</i>	475
Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e dos planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das entidades qualificadas	
<i>Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998</i>	477
Define medidas de organização administrativa específicas para as autarquias e fundações qualificadas como Agências Executivas	
<i>Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999</i>	525
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	
<i>Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001</i>	615
Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar	
<i>Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003</i>	676
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios	
<i>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004</i>	718
Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	
<i>Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007</i>	806
Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta.	

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

<i>Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998</i>	501
Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais	

<i>Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999</i>	531
Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria	

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

<i>Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979</i>	166
Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências	

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

<i>Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004</i>	723
Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	

<i>Decreto nº 5.411, de 6 de abril de 2005</i>	740
Autoriza a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, mediante ações representativas de participações acionárias da União em sociedades de economia mista disponíveis para venda e dá outras providências.	

<i>Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006</i>	771
Regulamenta o art. 3º, caput e § 1º, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a aplicação, às parcerias público-privadas, do art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e do art. 31 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, a serem utilizados em modelagens de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública federal, e dá outras providências.	

PODER DE POLÍCIA

<i>Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – art. 78</i>	147
Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios	

POLÍTICA URBANA

<i>Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001</i>	638
Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana	

<i>Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</i>	843
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	



PORTOS

<i>Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993</i>	259
Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.	

PRESCRIÇÃO – PRAZO E TUTELA ANTECIPADA

<i>Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932</i>	37
Regula a Prescrição Quinquenal	
<i>Decreto-lei nº 4.597, de 19 de agosto de 1942</i>	61
Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública	
<i>Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995</i>	334
Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações	
<i>Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997</i>	400
Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24/7/1985	
<i>Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999</i>	548
Estabelece o prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta	

REQUISIÇÃO

<i>Decreto-lei nº 4.812, de 8 de outubro de 1942</i>	62
Dispõe sobre a requisição de bens imóveis e móveis, necessários às forças armadas e à defesa passiva da população	

RESPONSABILIDADE CIVIL

<i>Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977</i>	162
Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares	
<i>Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001</i>	653
Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos	

RESPONSABILIDADE

<i>Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950</i>	84
Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento	
<i>Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967</i>	152
Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores	

RESPONSABILIDADE FISCAL

<i>Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</i>	566
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal	

SERVIDOR PÚBLICO

<i>Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965</i>	145
Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade	
<i>Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990</i>	195
Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas	
<i>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</i>	218
Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais	
<i>Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992</i>	247
Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional	
<i>Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993</i>	299
Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	
<i>Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</i>	301
Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal	
<i>Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994</i>	304
Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal	
<i>Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998</i>	516
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal	
<i>Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999</i>	542
Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa	
<i>Decreto nº 3.151, de 23 de agosto de 1999</i>	543
Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional	
<i>Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000</i>	565
Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional	
<i>Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000</i>	604
Regulamenta o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	



<i>Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001</i>	656
Regulamenta o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional	
<i>Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001</i>	658
Regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais	
SIGILO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
<i>Decreto nº 3.724, de 10 de janeiro de 2001</i>	605
Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10/1/2001, relativamente à requisição, acesso e uso, pela Secretaria da Receita Federal, de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas	
<i>Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</i>	613
Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras	
<i>Decreto nº 4.489, de 28 de novembro de 2002</i>	674
Regulamenta o art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, no que concerne à prestação de informações à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, pelas instituições financeiras e as entidades a elas equiparadas, relativas às operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços	
TOMBAMENTO	
<i>Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937</i>	54
Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
<i>Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941</i>	61
Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
TRÂNSITO	
<i>Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997</i>	400
Institui o Código de Trânsito Brasileiro	
<i>Atos das Disposições Constitucionais Transitórias</i>	985
<i>Súmulas STF</i>	1007
<i>Súmulas Vinculantes</i>	1029
<i>Súmulas STJ</i>	1031
<i>Índice Remissivo</i>	1045